

## Apresentação

O Brasil vive atualmente um momento de alta complexidade social e política em que questões como governança informacional, políticas públicas e liberdade de informação integram os debates e preocupações sociais.

O caráter ubíquo das mídias digitais em rede acelerou a dinâmica de produção, difusão e discussão da informação e converteu a Internet em uma espécie de ágora digital. Contudo, se por um lado as inovações tecnológicas fomentaram a pluralidade de vozes na cena pública, por outro ampliaram-se de igual modo as possibilidades de monitoramento e vigilância das manifestações e opiniões públicas. Além disso, concentraram-se as empresas de comunicação em conglomerados cada vez mais presentes e atuantes na dinâmica política nacional. Nessa perspectiva, ampliaram-se as preocupações relativas aos direitos sociais e a sua salvaguarda.

Nota-se, nesse contexto, que as discussões sobre o papel social das mídias ganharam a cena pública, sobretudo devido à distribuição desigual da agenda de informações e ao caráter central das mídias na vivência das experiências cotidianas.

Conforme Amabile (2012)<sup>1</sup>, as políticas públicas referem-se à concretização da ação governamental relativa à promoção de políticas distributivas, redistributivas ou regulatórias associadas ao atendimento do interesse de uma coletividade. Para tanto, são necessárias ações que fortaleçam a relação e o diálogo entre o Estado e a Sociedade e garantam a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas.

Nesse contexto, a governança informacional tem como propósito apoiar o planejamento e a gestão dos recursos informacionais envolvendo o seu ciclo vital. Pode-se afirmar que, nesse cenário dinâmico, pautado pela diversidade técnica nos processos de armazenamento, circulação e uso de informações, a governança objetiva apoiar a gestão dos fluxos de dados e

---

<sup>1</sup> AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha. Políticas públicas. In: AMABILE, Antônio Eduardo de Noronha *et al.* *Dicionário de políticas públicas*. Barbacena: Ed. UEMG, 2012. p. 390-391.

documentos e de acesso, com vistas a ampliar os mecanismos de transparência e *accountability* das instituições.

Nesse âmbito, apresentamos a Revista *Ágora*, um periódico científico interdisciplinar, coordenado pela Diretoria de Governança Informacional da UFMG, que se dedica a estudos e reflexões no âmbito das políticas públicas, da comunicação social e da governança informacional. A Revista foi criada com o objetivo de promover a agenda transdisciplinar de discussões sociais e acadêmicas relacionadas aos temas cobertos pela publicação. A ideia é publicar pesquisas, reflexões, ensaios e notícias que contribuam na circulação de “um conhecimento que realça a solidariedade<sup>2</sup>” e a reflexão crítica.

No artigo *A cultura organizacional e os desafios da Lei de Acesso à informação nas instituições públicas brasileiras*, os autores Simone Regina Luiz Gomes, Rodrigo Moreno Marques e Marta Macedo Kerr Pinheiro analisam a Lei de Acesso à Informação (LAI), nº 12.527, com o objetivo de tematizar os principais desafios para a sua completa implementação no cenário nacional. Para isso, destacam o sigilo, a cultura organizacional e a gestão da informação e do conhecimento.

O artigo *O direito ao esquecimento e os desafios impostos pelas tecnologias da informação*, proposto por Luciana Gonçalves Silva Souza e Katia Gonçalves, destaca as questões relacionadas ao direito ao esquecimento e direitos correlatos, como o direito à informação e o direito à memória, conceituando-os e ressaltando suas aplicações frente aos desafios atuais, considerando a presença marcante das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na sociedade.

No artigo *Participação social e leitura: o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de Belo Horizonte*, as autoras Fabíola Ribeiro Farias e Ana Amélia Lage Martins destacam o processo de elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas de Belo Horizonte, iniciado em 2013, a partir da contextualização histórica da participação da sociedade civil na formulação e execução de políticas públicas.

---

<sup>2</sup> WAGNER, Peter. Sobre guerras e revoluções. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *Conhecimento prudente para uma vida decente*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 103- 121.

O artigo *Intersetorialidade: Tendência Contemporânea na Organização de Políticas Públicas – A Experiência do Programa Maior Cuidado*, de Taiane Queithe da Silva Fastino, destaca o conceito de intersetorialidade no campo das políticas públicas e apresenta a execução e implementação de uma experiência municipal de gestão intersetorial.

No artigo *Governança informacional: possibilidades de ações governamentais sistêmicas por Território de Desenvolvimento no estado de Minas Gerais*, Rogério Luís Massensini destaca a política de promoção da transparência e da participação popular, do governo 2015-2018, no estado de Minas Gerais, sob a ótica da governança informacional.

A seção *Diálogos* apresenta o artigo *Política de Governança Digital Brasileira: em pauta a participação social e a transparência ativa*. Com foco no decreto nº 8.638, publicado em 15 de janeiro de 2016, que institui a Política de Governança Digital no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional no Brasil, destacam-se os desafios e inovações propostos.

Por fim, no contexto dos 10 anos de Lei Maria da Penha – lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006, que “cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher” –, apresenta-se a entrevista com a pesquisadora e professora do Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH/UFMG), Marlise Míriam de Matos Almeida. Em *A banalização da violência contra as mulheres e a “cultura do estupro” no Brasil*, a pesquisadora analisa a banalização social do fenômeno da violência contra as mulheres, resgata o recente processo de mudança institucional em relação às políticas públicas para as mulheres e o surgimento de um feminismo novo no Brasil.

A Diretoria de Governança Informacional (DGI) da UFMG espera que o repertório de questões apresentadas na Revista *Ágora* possam contribuir efetivamente na formação de opinião de nossos(as) leitores(as) e no aprofundamento do debate sobre as preocupações sociais de nosso tempo, notadamente relacionadas às políticas públicas, comunicação e governança informacional.

Boa leitura!

**Maria Aparecida Moura | Professora titular da UFMG | Editora**